



Seguem as mobilizações pela PLR 2011

Companheiros, a linha política adotada pelo RH da Petrobras é de autoritarismo e pouco caso com a categoria. Até agora a empresa não agendou reunião para discutirmos a PLR 2011. Em São José, nós já estamos realizando atrasos indeterminados por tempo indeterminado desde 27 de abril. Outras bases têm que se somar conosco nesta luta. Caso contrário, a direção da multinacional vai continuar tratando a sua força produtiva com total descaso.

A multinacional se nega a discutir a PLR dos trabalhadores, mas, ontem, 31, pagou a primeira parcela da distribuição antecipada de remuneração aos acionistas com relação ao ano de 2012.

O pagamento será uma espécie de juros sobre o próprio capital. A empresa regula para os trabalhadores, mas paga antecipado para os acionistas.

Enquanto nós seguimos com a nossa PLR indefinida, outras categorias estão conquistando. Os 4 mil



metalúrgicos da Volvo, em Curitiba, por exemplo, fizeram uma greve de três dias este mês e conseguiram R\$ 25 mil de PLR

e abono. Aumento de 19% em relação a 2011, quando a empresa pagou um total de R\$ 21 mil, sendo R\$ 15 mil de PLR e mais R\$ 6.000 de abono. Os trabalhadores também conquistaram 3% de aumento real.

Parabéns aos companheiros da Volvo. É lutando que se conquista!

É esse caminho também que nós temos que seguir aqui. Ainda mais que a Petrobras é a **75ª empresa mais valiosa do mundo. Só a marca da empresa tem valor de US\$ 10,5 bilhões.** O lucro e valor de mercado também não param de crescer.

Assim, nós queremos ser valorizados e receber uma PLR justa e igualitária para todos! Nós produzimos, nós temos direito!

Discussão sobre AMS

Companheiros, o RH Corporativo da Petrobras se propôs a realizar uma palestra no Sindipetro-SJC no dia 26 de junho, às 15h, sobre aspectos gerais da AMS, dúvidas frequentes etc.

A mesma palestra será ministrada nas unidades do Sistema Petrobras, inclusive na

Revap. O evento no Sindicato será a fim de alcançar os trabalhadores aposentados e os companheiros da ativa em férias ou folga.

A direção deste Sindicato entende que toda e qualquer discussão sobre a AMS é de extrema importância para a categoria. Por isso, a nossa entidade está de portas abertas

para receber qualquer iniciativa neste sentido.

E nós aproveitamos para enfatizar o convite a todos os trabalhadores aposentados e também os trabalhadores da ativa que queiram participar.

Dia 26 de junho, às 15h, no Sindipetro-SJC.

Petrobras repete prática já condenada no século passado

Os atuais gerentes do Sistema Petrobras parecem não conhecer os limites de poder dos seus cargos ou, de fato, são absolutamente incompetentes porque vira e mexe eles acabam cometendo alguma ação contra os trabalhadores, descumprindo a lei. Em alguns casos, as mesmas infrações cometidas repetidamente já foram punidas no passado. A insistência nessas práticas condenáveis onera os cofres de empresa por ter que indenizar os trabalhadores agredidos em seus direitos.

No dia 23 de abril, a multinacional do petróleo transferiu um petroleiro da área operacional da Estação de Tratamento de Efluentes – ETE,

no Pólo Industrial de Guamaré, para o turno administrativo. Nesse mesmo dia, o trabalhador havia participado de uma audiência em que questiona a Petrobras pela não concessão de avanços de nível: um direito que lhe foi negado. Aqui no G a s t a u - Transpetro, a mesma prática foi lançada após a denúncia de um companheiro.

É extremamente estranho que a empresa tenha mudado o regime de trabalho do operador após a audiência na justiça. A prática de transferir empregado que reivindica direitos, por exemplo, como segurança

operacional e outros, como forma de represália já foi motivo de penas judiciais no século passado, nos anos de 1990. Mas parece que a gerentada ainda não aprendeu a agir conforme a lei e a própria política de recursos humanos da empresa.

Aqui, nós nunca aceitaremos que a empresa, apesar do discurso de valorização da força de trabalho, resgate uma prática da qual já foi obrigada a corrigir e compensar retaliações contra trabalhadores que reivindicavam direitos na Justiça.



PARA REFLETIR

“Um diretor sem diretoria do senado, cujo título é só para justificar o salário, ganha o dobro do que um professor universitário federal concursado, com mestrado, doutorado e prestígio internacional.”

O governo Dilma liga a motosserra

Uma das discussões de maior repercussão nos últimos tempos testou e reprovou a presidente Dilma. Ela poderia sancionar, vetar integralmente ou parcialmente o novo Código Florestal e preferiu a última opção. E justamente quando as emissões globais de dióxido de carbono (CO2) pela queima de combustível fóssil aumentaram 3,2% no ano passado, atingindo um recorde de 31,6 gigatoneladas.

Esse projeto, que representa uma motosserra no que resta das nossas florestas, foi aprovado no Congresso no final de abril na tentativa de perdoar os desmatadores e permitir o uso de

área de vegetação nativa, que, hoje, são protegidas como APP (Área de Proteção Permanente).

Na última sexta-feira, 25, Dilma Rousseff vetou 12 artigos e fez 35 alterações no texto do novo Código Florestal que promovem o desmatamento. E isso porque a opinião pública, o movimento ambiental e parte da classe artística se mobilizaram contra o projeto. Dois milhões de assinaturas foram coletadas para derrubar o novo Código Florestal.

Agora, infelizmente, o projeto volta para o Congresso, que é formado por lobistas de vários setores, principalmente dos ruralistas e latifundiários. Os

representantes do agronegócio querem que a lei amplie a área de produção e não obrigue os proprietários a pagarem pelo reflorestamento ou multas.

Ao não vetar integralmente o projeto, Dilma libertou os congressistas para derrubarem os seus vetos parciais e aprovarem o que os desmatadores querem. Essa foi a saída do governo para se isentar da culpa: devolver o projeto para os lobistas da Câmara.

Isso deixa claro o papel e com quem o governo Dilma está, de fato, comprometido: com o capital agrário, bancário entre outros.

Petrobras segue acidentando trabalhadores

Por mais que nós tenhamos denunciado a precarização da segurança operacional no Sistema Petrobras, a empresa ignora as nossas cobranças e segue acidentando trabalhadores. Essa violência produtiva à revelia da segurança dos trabalhadores é uma máquina de fazer vítimas entre os petroleiros.

No dia 12 de maio, uma bomba de carga da U-1730 explodiu na Reduc, em Caxias. Felizmente, esse acidente não provocou vítimas. A bomba reserva (P-7301-B) estava em operação no dia, mas apresentava vibração alta. Contudo, a gerência só parou a bomba reserva e, por consequência, a U-1730, depois de interferência dos trabalhadores.

Dois dias depois, em 14 de maio, um acidente na Transpetro quase colocou em risco a vida de um trabalhador do Tebar, no litoral paulista. Mais

uma falha no setor de engenharia prejudicou o sistema OSVAT, que abastece a Revap e a Replan. O equipamento que indicava a pressão estava falseado em um teste hidrostático e acabou se rompendo.

O Sindipetro-LP, que também faz parte da Federação Nacional dos Petroleiros (FNP), denuncia que a Petrobras realiza apenas manutenções superficiais no Tebar e com alta rotatividade de terceirizados nessa área. E da mesma forma que na Revap, onde há terceirização em todos os setores, há número de operadores reduzido, desvios de funções e a utilização de petroleiros terceirizados, sem o treinamento adequado, na operação.



A Petrobras e a Transpetro continuam colocando a vida do trabalhador em risco em função da baixa segurança. É por situações como essas que os trabalhadores devem exercer o direito de recusa, garantido na cláusula 132 do Acordo Coletivo de Trabalho 2011/2013.

A natureza do trabalho no Sistema Petrobras é de alta periculosidade. Por isso, não podemos aceitar trabalhar de qualquer jeito! Temos que zelar pela vida!

Parabéns aos terceirizados da Replan

Os cerca de oito mil trabalhadores do ramo de construção civil da Refinaria de Paulínia (Replan) fizeram greve no último dia 23 e conquistaram reajuste de 10,5%, aumento de R\$ 100 no vale-alimentação e R\$ 2 mil de participação nos lucros e resultados. A Replan é a maior refinaria da Petrobras no Brasil e abastece 20% do mercado nacional.

Os terceirizados trabalham nas obras de ampliação/modernização da refinaria e conquistaram essa vitória na luta. Em São José,

nós tivemos o mesmo exemplo de mobilização dos companheiros das obras da Revap.

Mobilizações

Os trabalhadores da construção civil também estão mobilizados contra a exploração nas obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento, vulgo Programa de Aceleração da Corrupção), da Copa e das Olimpíadas. Aliás, a construtora Delta, que foi pega no esquema de corrupção escandaloso entre o bicheiro Carlinhos Cachoeira e o governo Dilma, também tem contrato com a Petrobras! Como

a construtora conseguiu isso é o que a CPI do Congresso jamais vai revelar, já que a Comissão Parlamentar de Inquérito é controlada pelo governo, que já tenta restringir o acesso aos documentos.

O importante é que os companheiros da construção civil estão mobilizados contra a exploração e as condições de trabalho e alojamentos sub-humanos, seja nas obras do Sistema Petrobras ou para os eventos esportivos mundiais.

Parabéns pela vitória, companheiros da Replan!

Sindipetro-SJC cobra demandas do RH local

O Sindipetro-SJC reuniu-se com o RH da Revap no dia 21 de maio para discutir e cobrar a refinaria sobre várias questões locais, como: quantidade de hora-extra da RNEST, redução de operador na HRC, abordagem dos vigilantes terceirizados, exposição a benzeno e o acesso dos dirigentes sindicais às unidades.

Com relação à hora extra da RNEST, o RH informou que todas as horas-extras são computadas para a Revap, inclusive de quem presta serviços em paradas.

Nós questionamos a empresa sobre a denúncia que haveria a redução do número mínimo na HRC. Isso quando nós estamos discutindo e apontando a necessidade de aumentar o número mínimo. Também apontamos que alguns operadores da RNEST que estão para retornar a sua unidade de origem e com férias já marcadas estão impedidos de sair de férias. O RH local disse que vai cobrar a

chefia dos setores para dialogar com os trabalhadores sobre este ponto para não impor uma situação.

A abordagem dos vigilantes juntos aos terceirizados também foi questionada. Há denúncias de casos de abordagem com arma em punho. Nós condenamos essa prática e reafirmamos que há vários anos cobramos a primeirização da vigilância. A empresa se comprometeu a conversar com todos os vigilantes e coibir esse tipo de procedimento.

Ainda abordamos a exposição ao benzeno de trabalhadores que manipulam condensado C5+ TEVAP/REVAP. O Sindicato colocou que, ao iniciar a produção de gás na UTGCA, o condensado vindo da plataforma de mexilhão apresenta BENZENO até 3% de volume. Esta denuncia foi feita em encontro da COMISSÃO NACIONAL DE BENZENO, em Porto Alegre-RS, há alguns meses.

Toda a cadeia produtiva está exposta ao benzeno, uma vez que o produto é manipulado da saída da plataforma até ao laboratório. O RH disse que vai incluir a força de trabalho do TEVAP no PPEOB e que analisará a corrente de produtos da REVAP.

Nós também levantamos a discussão sobre a segurança do Coque, tempo de resfriamento etc. O RH ficou de analisar a situação. Nós apontamos ainda as irregularidades da Casa de Controle (CCL), que também iremos apresentar na CIPA. O RH ficou de resolver essas falhas.

O Sindipetro-SJC também cobrou que os crachás dos dirigentes devem ser liberados em todas as unidades. O RH local afirmou que é prática da REVAP restringir o acesso. Seria permitido apenas para quem acessa com mais frequência. O Sindicato defendeu que é justamente a frequência à área operacional pelo sindicalista que justifica a liberação. O RH solicitou prazo para providenciar a liberação.



Justiça endossa perseguição

A 1ª Vara do Trabalho de Macaé derrubou terça-feira, 29, a liminar que garantiu a inscrição da companheira Ana Paula do Norte Fluminense ao C.A. da Transpetro. A decisão ocorreu depois de um ato público, em Macaé, pela efetivação da candidatura da companheira. O dirigente sindical do Sindipetro-SJC Júlio César e a FNP

participaram do protesto. O juiz endossou a perseguição à trabalhadora, não quis ouvir as partes e entrar no mérito da demissão. Cabe recurso.

A luta segue pela reintegração da companheira, demitida por se inscrever para a eleição, e contra as perseguições no Sistema Petrobras.

Apresentação da OG&G

O presidente do Sindipetro-SJC, José Ademir, e o dirigente sindical Francisco Dantas participaram quarta-feira, 30, da apresentação da Petrobras sobre a Organização, Gestão e Governança (OG&G), no Edise, no Rio de Janeiro. O evento foi apresentado pelo gerente de governança corporativa e societária.

SINDIPETRO – Sindicato dos Trabalhadores na Indústria de Destilação e Refinação de Petróleo

Rua das Azaleas, 57 Jd. Motorama São José dos Campos/SP CEP: 12224-060 Tel. (12) 3929-7188 Fax: 3902-7003

www.sindipetrosjc.org.br e-mail: sindipetrosjc@uol.com.br Textos, edição e diagramação: Emerson José MTB: 31.725